

ATA DA 21ª REUNIÃO TÉCNICA DO
CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE
INTERNO – CONACI, REALIZADA NOS
DIAS 17 E 18 DE NOVEMBRO DE 2016, EM
FLORIANÓPOLIS/SC.

1 Aos dezessete de novembro dois mil e dezesseis, quinta-feira, foi iniciada a
2 vigésima primeira Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno - RTC,
3 às oito horas e trinta minutos, no Majestic Palace Hotel, localizado na Av Jorn.
4 Rubens de Arruda Ramos, 2746- Centro - Florianópolis - SC, com a formação da
5 Mesa Diretiva pelas autoridades presentes, recepcionadas pelo Presidente do
6 Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI e Auditor Geral do Estado do
7 Pará – AGE/PA, **Roberto Paulo Amoras**, e pelo anfitrião do evento, o Auditor Geral
8 do Estado de Santa Catarina/SC, **Augusto Puhl Piazza**. A mesa foi formada pelo
9 Governador do Estado de Santa Catarina/SC, **Raimundo Colombo**; pelo Presidente
10 da Assembleia Legislativa de Santa Catarina/SC, Deputado **Gelson Merisio**; pelo
11 Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina/SC, Desembargador **José**
12 **Antônio Torres Marques**; pelo Secretário de Estado da Fazenda de Santa
13 Catarina/SC, **Antonio Marcos Gavazzoni**; pelo Auditor Geral do Estado de Santa
14 Catarina/SC, **Augusto Puhl Piazza**; e pelo Presidente do Conselho Nacional de
15 Controle Interno – CONACI e Auditor Geral do Estado do Pará – AGE/PA, **Roberto**
16 **Paulo Amoras**. Todos os que compuseram a mesa fizeram o uso da palavra e
17 registraram a importância do Evento diante do cenário atual do país. Em seguida
18 houve a execução do hino Nacional. Registramos a presença dos seguintes
19 membros do CONACI: **REGIÃO CENTRO-OESTE: Tatiana Silva da Cunha**,
20 Auditora Geral do Estado de Mato Grosso do Sul - AGE/MS; **Henrique Moraes**
21 **Ziller**, Controlador-Geral do Distrito Federal; **REGIÃO NORDESTE: Luís Augusto**
22 **Peixoto Rocha**, Auditor Geral do Estado da Bahia – AGE/BA; **Antônio Marconi**
23 **Lemos da Silva**, Secretário Adjunto da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado
24 do Ceará – CGE/CE; **Paulo Melo**, Ouvidor Geral do Município de Fortaleza - CGM
25 **Fortaleza/CE**; **Diogo Silva Coutinho**, Secretário Municipal de Controle Interno de
26 Maceió – SMCI/Maceió/AL; **Nuno Kaue dos Santos Bernardes Bezerra**,
27 Controlador Geral do Estado do Piauí – CGE/PI **Paulo Sérgio Monteiro Bello**,
28 Ouvidor Geral do Estado do Maranhão/MA; **Daniel Penaforte**, Chefe de Gabinete
29 da Secretaria da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco/PE; **REGIÃO**
30 **NORTE: Roberto Paulo Amoras**, Auditor Geral do Estado do Pará – AGE/PA e
31 Presidente do CONACI; **Rogério Siqueira de Sá Nogueira**, Subcontrolador-Geral
32 Adjunto da Controladoria Geral do Estado do Amazonas CGE/AM; **Otni Miranda de**
33 **Alencar Junior**, Controlador Geral do Estado do Amapá – CGE/AP; **Arnaldo**
34 **Gomes Flores**, Subsecretário de Controle Interno do Município de Manaus –
35 SEMEF/Manaus/AM; **REGIÃO SUDESTE: Eugênio Coutinho Ricas**, Secretário de
36 Estado de Controle e Transparência do Espírito Santo – SECONT/ES; **Eugênio**
37 **Machado**, Auditor Geral do Estado do Rio de Janeiro – AGE/RJ; **Antônio Cesar**
38 **Lins Cavalcanti**, Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro – CGM Rio de
39 **Janeiro/RJ** e 1º Vice-Presidente do CONACI; **Bárbara Krysttal Mittal Almeida**
40 **Reis**, Assessora Especial da Coordenação de Auditoria Interna do Município de São

41 Paulo – CGM São Paulo/SP; **REGIÃO SUL: Álvaro Fakredin**, Subsecretário da
42 Fazenda e Auditor e Contador Geral do Estado do Rio Grande do Sul – CAGE/RS e
43 2º Vice-Presidente do CONACI; **Gilberto Bujak**, Controlador Geral do Município de
44 Porto Alegre – CGM Porto Alegre/RS; **Augusto Puhl Piazza**. A mesa foi formada
45 pelo Governador do Estado de Santa Catarina/DIAG/SEF/SC; **Aderilto Antonio**
46 **Pasetto**, Secretário Municipal de Transparência e Controle de Florianópolis/SC;
47 **Simone Bastos**, Chefe de Gabinete da Controladoria Geral do Estado do Paraná;
48 **UNIÃO: Gustavo de Queiroz Chaves**, Diretor de Planejamento e Coordenação das
49 Ações de Controle da Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da
50 Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. **MANHÃ:** Após a
51 solenidade de abertura, com a execução do Hino Nacional e os pronunciamentos do
52 Governador do Estado de Santa Catarina/SC, **Raimundo Colombo**; Presidente da
53 Assembleia Legislativa de Santa Catarina/SC, Deputado **Gelson Merisio**;
54 Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina/SC, Desembargador **José**
55 **Antônio Torres Marques**; Secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina/SC,
56 **Antonio Marcos Gavazzoni**; Auditor Geral do Estado de Santa Catarina/SC,
57 **Augusto Puhl Piazza**; e Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno –
58 CONACI e Auditor Geral do Estado do Pará – AGE/PA, **Roberto Paulo Amoras**,
59 iniciou-se a Reunião com a apresentação: “Projeto Auditoria Cidadã”, pelo Dr.
60 **Augusto Puhl Piazza**, Auditor Geral do Estado de Santa Catarina/SC, explicando a
61 essência do projeto que promove visitas surpresas pelos Auditores Internos, se
62 colocando no lugar do cidadão, para avaliar qualidade dos serviços e obras dos
63 Órgãos do Governo do Estado. Na sequência, o Presidente do CONACI, **Roberto**
64 **Amoras**, pediu licença para que, antes dos debates e questionamentos referentes a
65 apresentação, fosse repassada a palavra ao Prefeito de Florianópolis, César Souza
66 Júnior, que se fez presente no evento. O Prefeito de Florianópolis, César Souza
67 Júnior cumprimentou todos os presentes e elogiou a atuação da Diretoria de
68 Auditoria Geral da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina, dizendo que hoje é
69 uma referência para todos os Municípios do Estado, destacou, ainda, a importância
70 do fortalecimento do Controle Interno em todos os Municípios, fundamental para as
71 suas gestões, frisando a necessidade de dar condições de trabalho e liberdade de
72 atuação. Em seguida o Presidente do CONACI, **Roberto Amoras** anunciou a
73 filiação da Controladoria Geral do Município de João Pessoa, tendo como gestor o
74 Dr. **Severino Souza de Queiroz** ao qual foi dada a palavra após assinatura do
75 Termo de filiação e o mesmo agradeceu a oportunidade de estar participando de
76 mais um Evento do CONACI, desta vez como Membro Filiado, e expôs que conta
77 com o apoio de cada um dos membros do CONACI, principalmente na partilha de
78 experiências e troca de ideias. Na sequência foi dado um intervalo de dez minutos
79 para o coffee break. Retomando os trabalhos o Dr. **Augusto Puhl Piazza, Auditor**
80 **Geral do Estado de Santa Catarina/SC** ficou à disposição para os
81 questionamentos e debates sobre sua apresentação e o Dr. **Antônio Cesar Lins**
82 **Cavalcanti**, Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro – CGM Rio de
83 **Janeiro/RJ** e 1º Vice-Presidente do CONACI o parabenizou pelo excelente projeto
84 realizado juntamente com sua equipe e questionou sobre o trabalho referente à
85 merenda escolar se houve alguma verificação quanto à questão nutricional,
86 ressaltando a relevância de tal; e foi respondido que houve certa dificuldade em
87 fazer este tipo de verificação em decorrência da equipe não contar com nutricionista,
88 mas constava no *checklist* e era realizada quando da presença do profissional nas

89 escolas. A verificação indireta é se o cardápio está sendo respeitado e
90 consequentemente a parte nutricional também estaria sendo atendida. **Otni**
91 **Miranda de Alencar Junior (CGE/AP)**, questionou sobre os eventuais mecanismos
92 de fiscalização que o Poder Executivo deve ter em relação às terceirizadas,
93 principalmente as que fornecem merenda escolar. **Augusto Puhl Piazza**, Auditor
94 Geral do Estado de Santa Catarina/SC respondeu que é fundamental a ajuda dos
95 Diretores das escolas, é necessário que eles entendam a importância de controlar
96 essas empresas, de certa forma eles são representantes da Diretoria de Auditoria. A
97 mídia de que as empresas estão sendo monitoradas pelos Auditores, Diretores das
98 escolas e pelos próprios alunos ajuda bastante à coibi-las de praticar
99 irregularidades. E logicamente a contratação deve sempre ser feita por processos
100 licitatórios idôneos. **Alvaro Fakredin, (CAGE/RS)**, 2º Vice-Presidente do CONACI,
101 questionou sobre o aspecto operacional, qual o critério estabelecido para a escolha
102 de quais hospitais, escolas ou outros órgãos/entidades seriam fiscalizados; e foi
103 respondido que a escolha sempre foi estabelecida pelo tema relevante social, a
104 operação é toda montada dentro do gabinete da DIAG e as equipes saem para
105 realiza-la em um período máximo de dois dias. **Gustavo de Queiroz Chaves**
106 **(CGU)**, questionou se foi avaliado o custo benefício de trazer o gestor como
107 parceiro/parte do processo, se é melhor buscar um foco com o viés de
108 vulnerabilidade, de ter um mapeamento de informações onde tem os casos mais
109 críticos ou com um viés de inspeção onde se irá atuar não tendo o gestor como
110 parceiro e apontando os “calos” da gestão. **Augusto Piazza** respondeu que o gestor
111 tem que se conscientizar de que se houveram “danos” devem ser imediatamente
112 “estancados” para que não acabe se espalhando. O foco da inspeção é ser os olhos,
113 os ouvidos e a voz do cidadão. Eventualmente serão identificadas irregularidades
114 que terão de ser tratadas. **Arnaldo Gomes Flores, (SEMEF/Manaus/AM)**,
115 questionou se a Auditoria Cidadã pode ser feita em todos os Programas e Ações de
116 Governo e se nas auditorias realizadas não estaria sendo ultrapassado o limite do
117 auditor auditando e do gestor com sua gestão, de forma a se envolver em uma
118 gestão de responsabilidade do gestor; e foi respondido que deve-se tomar um
119 cuidado para que não ocorra essa ultrapassagem de limites, citando, ainda, um caso
120 emblemático em que ocorreu esse excesso, ocorrência em que uma máquina de um
121 hospital não funcionava e os Auditores a fizeram funcionar, responsabilidade que
122 seria do gestor mas que serviu de exemplo para demonstrar que podia ser feito.
123 Quanto ao primeiro questionamento, não haveria como afirmar de forma
124 generalizada que “todos” os Programas e Ações de Governo poderiam ser objetos
125 da Auditoria Cidadã; **Bárbara Krysttal Mittal Almeida Reis (CGM São Paulo/SP)**,
126 questionou se, da mesma forma que a CGM/SP, obrigatoriamente após o término
127 das constatações é produzida uma nota técnica de arrecadação, mostrando as
128 recomendações da auditoria em si e o melhor modelo que seria executável para
129 aquela unidade, mensurando a arrecadação anterior a auditoria e o posterior; foi
130 respondido que a materialidade para a DIAG/SC é essencial, permite ter o retorno
131 da ação. É feito um relatório trimestral das ações. Na sequência, **Augusto Puhl**
132 **Piazza, (DIAG/Santa Catarina/SC)**, iniciou a apresentação: Sistema de Controle
133 Interno do Poder Executivo Estadual de Santa Catarina, demonstrando brevemente
134 a estrutura e funcionamento do Órgão. Em seguida, **César Cavalli**, Gerente de
135 Auditoria de Recursos Antecipados de Santa Catarina, apresentou o “Portal SC
136 Transferências”, direcionado a dois públicos: cidadãos e proponentes. Para

137 os cidadãos o Portal disponibiliza: consultas às oportunidades de repasses de
138 recursos estaduais e consultas relativas às transferências de recursos realizadas
139 pelo Estado. Para os proponentes o Portal é o meio de comunicação com o
140 concedente, por meio do qual poderá: realizar seu cadastro, enviar
141 propostas, realizar a prestação de contas, consultar as informações das propostas
142 enviadas e dos instrumentos celebrados, entre outras ações. E também será
143 possível consultar manuais de utilização do Sistema, legislações e orientações sobre
144 os instrumentos de transferência realizados pelo Estado. **Nuno Kaue Bezerra**
145 **(CGE/PI)**, **Antônio Cesar Cavalcanti**, **(CGM Rio de Janeiro/RJ)** e **Marconi Lemos**
146 **(CGE/CE)**, fizeram intervenções ao final da apresentação. Na sequência, o
147 Presidente do CONACI, **Roberto Amoras**, passou a palavra ao Dr. **Álvaro**
148 **Fakredin**, **(CAGE/RS)**, 2º Vice-Presidente do CONACI, para proferir a apresentação
149 sobre a Missão: PEMPAL IACOP. Inicialmente foi explicado que o PEMPAL é o
150 aprendizado compartilhado entre pares sobre gestão de despesa pública, um
151 organismo vinculado ao Banco Mundial, onde são promovidas reuniões de trabalho
152 de auditores internos, inspetores financeiros e de auditoria externa a cada seis
153 meses em países do Leste Europeu e da Ásia Central, sendo esta última em
154 Moscou/Rússia. Foi ressaltado que eles estão bem avançados nas discussões e
155 experiências, encontrando-se na 39ª reunião realizada, e esse inter-relacionamento
156 irá encurtar caminhos para o futuro, nós vamos discutir coisas que eles já discutiram
157 e já estão na fase de implementação. **Álvaro Fakredin** informou que o PEMPAL é
158 composto por 23 países e apresentou algumas imagens da reunião para ilustrar a
159 forma como são realizadas, com grupos de discussão que variam em bancas de
160 grupo e telas onde são apresentados os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos. As
161 mesas de discussão variam durante as atividades para que todos possam interagir
162 de diferentes formas. Em seguida fez um breve comentário sobre a pauta da reunião
163 e falou que a novidade trazida da missão em relação a auditoria interna é que os
164 outros países estão seguindo um modelo que é diferente do nosso. A modelagem
165 deles é a do *Public Internal Control – PIC*, baseado em dois “braços”, o da auditoria
166 interna, que faz a melhoria de *performance* dos órgãos, não faz punição, não busca
167 apontamentos/erros, e da inspeção financeira, que faz auditoria de conformidade
168 das normas regulamentares, faz os apontamentos que irão servir de bases para os
169 julgamentos dos gestores. Finalizando, **Álvaro Fakredin** informou que solicitou
170 autorização para o PEMPAL para traduzir o material disponibilizado aos
171 participantes para o português e foi autorizado com a condição de que a versão
172 traduzida fosse entregue à eles para disponibilizar no site do PEMPAL: quais sejam
173 o Manual de Prática de Auditoria Interna, Manual de Desenvolvimento Profissional
174 Continuado, Manual de Avaliação de Riscos e Planejamento de Auditoria, Manual de
175 Qualidades de Ativos e o Desenvolvimento do Corpo de Auditoria Interna. **TARDE:**
176 Retomados os trabalhos, o Presidente do CONACI, **Roberto Amoras**, propôs para
177 que as intervenções referentes à apresentação da Missão: PEMPAL IACOP fossem
178 feitas no dia seguinte, ocasião em que seriam realizadas as apresentações
179 referentes ao GT do Banco Mundial, com assuntos convergentes. Na sequência, o
180 Presidente designou o Senhor **Antônio Cesar Cavalcanti (CGM/Rio de**
181 **Janeiro/RJ)**, 1º Vice-Presidente do CONACI, para conduzir os trabalhos a partir de
182 então, tendo o mesmo dado continuidade à programação, convidando o próprio
183 Presidente do CONACI e Auditor Geral do Estado do Pará, **Roberto Amoras**, para
184 apresentar os trabalhos desenvolvidos pelo GT Marco Regulatório das Organizações

185 da Sociedade Civil – MROSC, na qualidade de seu Coordenador. Iniciou destacando
186 a formação do GT, composto pelos Senhores, Roberto Amoras, Presidente do
187 CONACI e Auditor Geral do Estado do Pará, **Luis Augusto Peixoto Rocha**, Auditor
188 Geral do Estado da Bahia, **Gustavo Ungaro**, Ouvidor Geral do Estado de São Paulo
189 e Rodrigo Dutra, Auditor Interno do Estado de Santa Catarina. Tecem os principais
190 comentários sobre a formação a estratégia adotada para cumprimento da missão,
191 que, resumidamente, consistiu em: realizar consulta a todos os Membros do
192 CONACI sobre quais já haviam regulamentado a Lei Nº 13.019/2014, com
193 atualizações posteriores, no âmbito de seus Entes; conhecer e examinar todos
194 esses regulamentos já editados/formalizados e, inclusive, alguns em fase de
195 aprovação, objetivando a elaboração de minuta preliminar para discussão pelo GT;
196 discutir e detalhar os aspectos polêmicos; apresentar minuta em versão
197 consensuada no GT para apresentação e discussão neste Colegiado. Ressaltou
198 que, diferentemente da estrutura da própria Lei sob comento, na minuta de
199 regulamentação a ser apreciada pelo Conselho, o GT definiu uma sequência de
200 organização dos capítulos, seções e dispositivos, seguindo sempre que possível a
201 ordem lógica do processo de planejamento, seleção, execução e controle verificados
202 no desenvolvimento das parcerias voluntárias, o que proporciona uma melhor
203 compreensão de seus conteúdos e objetivos, com propósito de contribuir com sua
204 difusão de forma mais didática e instrutiva. Feitas essas considerações iniciais,
205 convidou o Senhor Renato Almeida, Auditor de Finanças e Controle da Auditoria
206 Geral do Estado do Pará a apresentar a minuta de regulamentação proposta,
207 registrando que o GT também se reuniu presencialmente no dia anterior na sede da
208 DIAG/SC, justamente para um debate técnico mais detido sobre alguns aspectos
209 mais relevantes e até mesmo polêmicos, assim como para ratificar aqueles que são
210 observados em todas as regulamentações objeto da pesquisa e/ou que não
211 mereceram quaisquer manifestações de dúvidas, contestações por parte do GT. O
212 Senhor Renato Almeida (**AGE/PA**), comentou então que a apresentação seria
213 realizada por ele, mas poderia o Colegiado a qualquer instante acioná-lo ou a um
214 dos componentes do GT para o que fosse necessário. Esclareceu que a minuta
215 estava disponibilizada para todos e que a apresentação se concentraria nos
216 aspectos considerados relevantes para reflexão ou polêmicos, sem que isso
217 impossibilitasse a tratativa dos dispositivos considerados “pacificados” pelo GT.
218 Passou, a seguir, a discorrer e comentar cada um dos dispositivos em questão,
219 abordando as possíveis alternativas estudadas, os eventuais conflitos encontrados e
220 as razões que concorreram para a decisão de proposição do GT. A dinâmica da
221 apresentação contou com a intervenção de vários Conselheiros para os
222 esclarecimentos necessários que foram prestados pelos componentes do GT
223 presentes, Senhores **Luiz Rocha**, Auditor Geral do Estado da Bahia, **Roberto**
224 **Amoras**, Presidente do CONACI e Auditor Geral do Estado do Pará, **Rodrigo Dutra**,
225 Secretário Adjunto da DIAG/SC e **César Cavalli**, Gerente da DIAG/SC e, sobretudo,
226 **Renato Almeida**, Auditor de Finanças e Controle da (AGE/PA). Os Conselheiros:
227 **Antônio Cesar Cavalcanti**, 1º Vice-Presidente do CONACI e Controlador Geral do
228 Município do Rio de Janeiro, Eugênio Ricas, Secretário de Transparência e Controle
229 do Espírito Santo, **Otni Alencar**, Controlador Geral do Estado do Amapá, **Álvaro**
230 **Fakredin**, 2º Vice-Presidente e Auditor e Contador Geral do Estado do Rio Grande
231 do Sul, **Bárbara Krysttal**, técnica da Controladoria Geral do Município de São
232 Paulo, **Arnaldo Flores**, Subcontrolador Geral do Município de Manaus, **Marconi**

233 **Lemos**, Secretário-Adjunto da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará
234 e **Henrique Ziller**, Controlador Geral do Distrito Federal, apresentaram pertinentes
235 considerações antes de proporem adições, modificações e/ou supressões aos
236 dispositivos da minuta sob apreciação, as quais foram acatadas pelo Colegiado. Ao
237 final, restou ainda dois aspectos não consensuados: o primeiro, a inexistência de
238 obrigatoriedade de haver prestação de contas financeiras quando comprovadamente
239 houver o cumprimento das metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho
240 das parcerias voluntárias ou, de outra forma, a exigência de prestação de contas
241 financeiras apenas e tão somente quando da hipótese de descumprimento de metas
242 e resultados estabelecidos ou de verificação de indícios de que tal tenha ocorrido,
243 em consonância com o pressuposto da Lei sob comento, configurado pela intenção
244 deliberada de privilegiar o controle da execução física do objeto da parceria e dos
245 seus resultados e metas alcançados, em detrimento de um excessivo controle
246 baseado na conformidade documental (Inciso II do Art. 6º; Inciso II do Art. 66 e
247 Inciso I do Art. 72 da Lei Nº 13.019/2014, com alterações posteriores) e, ainda, a
248 não exigência de apresentação de documentos originais por parte das Organizações
249 da Sociedade Civil nas prestações de contas, com base na interpretação do disposto
250 no Art. 68 da referida Lei que se pretende propor minuta padrão de regulamentação.
251 **DELIBERAÇÃO:** O Colegiado aprovou todos os demais dispositivos da minuta
252 proposta pelo GT, assim como entendeu que as duas questões que não obtiveram
253 consenso no momento fossem melhor analisadas pelos Conselheiros e novamente
254 discutidas na próxima RTC, já com o enriquecimento do debate exercido e das
255 reflexões posteriores, objetivando obter condições de deliberar a respeito. Em
256 seguida o Senhor **Antônio Cesar Cavalcanti**, 1º Vice-Presidente, retomou a
257 condução da reunião ao Senhor **Roberto Amoras**, Presidente, que convidou o
258 Senhor Marconi Lemos, Secretário Adjunto da CGE-CE para iniciar sua
259 apresentação sobre a DISCUSSÃO DA GRADE DO PROJETO CURSO DE
260 FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE VENHAM ATUAR NAS ATIVIDADES DE
261 CONTROLE INTERNO. O Senhor **Marconi Lemos** discorreu sobre as atividades
262 desenvolvidas para elaboração da respectiva grade do curso de formação,
263 detalhando as etapas anteriores à apresentação da proposta, comentando cada uma
264 das disciplinas e objetivos pretendidos, ressaltando que foram contempladas todas
265 as Macro funções do Controle Interno defendidas pelo CONACI: Auditoria
266 Governamental, Controladoria (Transparência e Prevenção), Corregedoria e
267 Ouvidoria, mesmo com o conhecimento prévio de que no âmbito do PROJETO DE
268 PARCERIA CONACI X BANCO MUNDIAL somente estamos, no momento,
269 abordando a Macro função de Auditoria Governamental, motivo pelo qual o
270 Colegiado deve analisar a questão para ratificar ou reorientar o GT. O Senhor Vice-
271 Presidente, **Antônio Cesar (CGM/Rio de Janeiro/RJ)**, manifestou-se pela
272 aprovação da grade contemplando todas as Macro funções, considerando ser esta a
273 necessidade do profissional do Controle Interno e que o Banco Mundial, em parceria
274 com o CONACI e de seu interesse pode apoiar ações para capacitação em Auditoria
275 Governamental, se for o caso, em nada prejudicando a proposição em questão. O
276 Presidente **Roberto Amoras (AGE/PA)**, complementou salientando que todas as
277 atividades que vem sendo desenvolvidas compõem o escopo do que
278 convencionamos denominar de PROGRAMA DE FORNECIMENTO E
279 MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE INTERNO – PROMOIN, para qual devem ser
280 estudadas e, conseqüentemente, acionadas diversas fontes de financiamento para

281 suas ações, próprias e de terceiros, uma delas certamente será o Banco Mundial,
282 atualmente o mais importante parceiro do CONACI. Ademais, comentou ainda
283 Presidente, a Grade do Curso de Formação dos Profissionais em Controle Interno
284 será o pilar de nossa Escola de Governança em Controle Interno, cuja priorização
285 será os cursos à distância, na web, com possibilidades factíveis de parcerias com
286 varias Instituições de Ensino e entre os próprios Filiados, o que somente poderá ser
287 objeto de capacitação de interessados quando dispomos de seu projeto.
288 **DELIBERAÇÃO:** Após as considerações anteriores e não havendo outras, o
289 Colegiado deliberou pela aprovação da Grade do Curso sob comento contemplando
290 todas as Macro funções do Controle Interno. Iniciando a Pauta Administrativa do
291 CONACI, o Sr. Presidente, **Roberto Amoras**, submeteu à leitura dos Senhores
292 Conselheiros as minutas das atas da 20º Reunião Técnica de Controle Interno –
293 CONACI, já consideradas e providenciadas, pela Secretaria Executiva, as eventuais
294 solicitações de alterações/acréscimos/supressões às minutas previamente enviadas,
295 em consonância com as normas estatutárias. **DELIBERAÇÃO:** as atas foram
296 aprovadas por unanimidade dos presentes Conselheiros. Em seguida, o presidente
297 **Roberto Amoras**, colocou em pauta para apreciação do colegiado sua proposta de
298 estabelecimento de parceria entre o CONACI e a Auditoria Geral do Estado do Pará
299 – AGE/PA e a Imprensa Oficial do Estado do Pará – IOEPA, com o objetivo de
300 produzir a tiragem de 1.500 (mil e quinhentos) exemplares da obra “Panorama do
301 Controle Interno no Brasil – CONACI 2016”, em formato de livro, com investimentos
302 por conta dos Parceiros Estaduais, tendo como contrapartida ao apoio, na ampliação
303 da divulgação e distribuição de tão importante obra técnica, de relevante utilidade
304 para melhoria da Gestão Pública, a aposição das logomarcas daqueles Órgãos na
305 Contra Capa, com destaque para “Apoio Institucional”, assim como identificação das
306 Autoridades Estaduais, Titulares dos Referidos Órgãos, na penúltima folha da obra,
307 conforme demonstrado pelo exemplar apresentado na ocasião para que todos
308 tivessem uma melhor compreensão da proposição. O Presidente ressaltou que a
309 articulação para efetivação da parceria traria enformes benefícios, já que somente a
310 tiragem ora proposta já seria superior a 1º Edição, sem ônus para o Conselho que
311 investiu na Edição em formato “CD-R” distribuído por ocasião do XII Encontro
312 Nacional do CONACI, em Fortaleza-CE, além de que tal ampliação possibilitará
313 atingirmos com maior velocidade o público alvo qualificado como Profissionais do
314 Controle Interno, Academia, Controle Social e Controle Externo. Comentou, ainda, o
315 Presidente **Amoras**, que possivelmente, da tiragem, procurará atender com 1/3 (um
316 terço) aproximadamente, os Membros Filiados, com a distribuição desses
317 exemplares cedidos pelos parceiros, que ficariam com os restantes para distribuição
318 no Estado do Pará. Após o registro do Sr. **Álvaro Fakredin**, 2º Vice – Presidente e
319 do Auditor Geral do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Eugênio Machado, membro e
320 coordenador do GT do Perfil do Controle Interno no Brasil, respectivamente, de
321 elogio para a iniciativa. **DELIBERAÇÃO:** após submetida à apreciação dos
322 Senhores Conselheiros, a proposta foi aprovada por unanimidade pelos presentes.
323 Na sequência, o Sr. Presidente, também submeteu à apreciação dos Conselheiros
324 sua proposta de Firma Termo de Cooperação com a Associação Brasileira de
325 Imprensa Oficiais – ABIO, com o mesmo propósito da parceria com a AGE/PA e a
326 IOEPA, de que tratou o item anterior da pauta, para que, nas mesmas condições,
327 aquela Associação Brasileira de Imprensa Oficiais possa divulgar e estimular entre
328 seus Filiados a firmatura de parcerias, que já estariam autorizadas por tal

Roberto Amoras
X
/

J.O.

329 instrumento, por ambas Instituições, em âmbito nacional. Caso aprovada a proposta,
330 poder-se-ia alavancar sobremaneira a divulgação e distribuição da obra, assim como
331 configurar-se-ia em mais uma parceira institucional do CONACI, como prevê seu
332 Planejamento Estratégico 2016/2018. O presidente Amoras comunicou ainda que foi
333 convidado para apresentar a proposta, caso aprovada por este Conselho, em
334 reunião Técnica da ABIO a ser realizada em Natal – RN entre os dias 08 a
335 10/12/2016. Vários Conselheiros comentaram positivamente sobre a oportunidade
336 de firmar-se a parceria institucional. **DELIBERAÇÃO:** foi aprovada a autorização,
337 para que seja formalizada pela Diretoria do CONACI junto à ABIO, pela unanimidade
338 dos Conselheiros Presentes. Dando seguimento, o Sr. Presidente, submeteu à
339 apreciação a definição de reajuste ou manutenção do valor da contribuição anual
340 dos Órgãos Filiados, atualmente na ordem de R\$ 5.000 (cinco mil reais), com o
341 seguinte encaminhamento: Primeiro votaria-se pela manutenção e posteriormente
342 pelo reajuste de 20% (vinte por cento), passando para R\$ 6.000 (seis mil reais).
343 **DELIBERAÇÃO:** quando submetida a opção de manutenção, a maioria significativa
344 do Colegiado votou a favor da mesma, sendo declarado pela Presidência sua
345 aprovação. O próximo item da pauta, que trata das sedes para as Reuniões
346 Técnicas e Encontro Nacional do CONACI para o Exercício 2017, foi então colocado
347 em discussão, sendo comunicado pela Presidência que este item e o anterior são
348 exigências estatutárias a serem cumpridas por ocasião da última RTC do ano
349 corrente. Comunicou ainda que apesar do representante do (a) Controladoria do
350 Município de Porto Velho – RO, Dr. **Boris Alexander Gonçalves de Souza**,
351 autorizou-o a apresentar sua candidatura a sediar a 22º RTC, a ser realizada em
352 Março/2017. Foram apresentadas também, após várias intervenções de incentivos
353 de alguns conselheiros, estimulados a indicarem suas intenções de sediar os
354 referidos eventos, mesmo com as ressalvas do momento de restrições
355 orçamentárias e de alternância de poder em muitos Entes dos Órgãos Filiados, no
356 âmbito Municipal, as seguintes candidaturas: Brasília (DF) pelo Sr. **Henrique Ziller**,
357 Controlador Geral do Distrito Federal, para 22º RTC de Março/2017; Macapá (AP),
358 pelo Sr. **Otni M. de Alencar Júnior**, Controlador do Estado do Amapá, para 23º
359 RTC de Junho/2017, Curitiba (PR), pela Sra. **Simone Bastos**, representante da
360 Controladoria Geral do PR, também para 23º RTC; Manaus (AM), pelo Sr. **Arnaldo**
361 **Flores**, Subsecretário Municipal de Controle Interno, para 24º RTE e XIII Encontro
362 Nacional em Setembro/2017 e Campo Grande (MS), pela Sra. **Tatiana Cunha**,
363 Auditora Geral do Estado, também para esses eventos; Maceió (AL), pelo Sr. **Diogo**
364 **Coutinho**, para a 25º RTC em Novembro/2017 e João Pessoa (PR), pelo Sr.
365 **Severino Queiroz**, Controlador Geral do Município, também para a 25º RTC
366 Preferencialmente, ressaltou o 1º Vice-Presidente, Sr. **Antônio Cesar**, que o
367 Estatuto prevê rodízio entre os filiados, entretanto, ponderou que seria mais
368 interessante que não houvesse, no momento, a definição entre uma das
369 candidaturas para a mesma sede, já que muitos apontaram intenções que ainda
370 necessitam de ratificação/autorização das instâncias decisórias competentes nos
371 entes dos propositores. Todos concordaram com as considerações, aprovando as
372 indicações como foram propostas, devendo a presidência articular com os
373 proponentes aqueles que realmente confirmariam a responsabilidade em sediar os
374 eventos. As tratativas serão comunicadas pelos meios de comunicação disponíveis
375 entre o Conselho do CONACI. A Presidência, após a deliberação, registrou a
376 satisfação em termos 8 candidaturas, recorde até então, ressaltados que,

377 certamente, a não viabilização do recebimento do evento pretendido, poderá restar
378 em prévio apoio dos Conselheiros presentes para remaneja-los para o calendário do
379 Exercício 2018. Independente das sedes a serem definidas, gostaria de parabenizar
380 os pretendentes pelo espírito cooperativo, o que reforça a importância que vem
381 sendo, a todo instante e circunstância, demonstrada pelo nosso Conselho, resumindo
382 na credibilidade e cumprimento da missão institucional do CONACI. No item da
383 pauta “O que ocorrer” passou-se a seguir, a discussão dos assuntos que não
384 constavam na pauta, mas do interesse dos Conselheiros. O Conselheiro Sr. **Aderilto**
385 **Antônio Pasetto**, Secretário Municipal de Transparência e Controle, sugeriu que a
386 direção do CONACI emitisse ofício aos Prefeitos do Estado de Santa Catarina,
387 gestão 2017/2020, afirmando a importância do Controle Interno para melhoria da
388 Gestão Pública Municipal, estimulando-os à sua implantação e/ou ao seu
389 fortalecimento/modernização. O Presidente **Amoras** elogiou a proposição e solicitou
390 permissão para complementa-la com a oportunidade de ampliar o seu público-alvo,
391 com o endereçamento do expediente a todos os Prefeitos do País, inclusive
392 anexando as Minutas dos Decretos Regulamentação aprovadas e recomendadas
393 pelo CONACI sobre: Lei de Acesso a Informação LAI – Lei Nº 12.527/2011;
394 propondo ainda que o CONACI iniciasse articulação com a Federação Brasileira dos
395 Municípios para otimizar a ação, apontando, inclusive, a oportunidade de ter a
396 assinatura do documento compartilhada, quando for o caso, entre a Direção do
397 CONACI e os Titulares dos Órgãos de Controle Filiados, para os destinatários de
398 sua jurisdição no âmbito do Ente. **DELIBERAÇÃO:** a proposição da
399 CGM/Florianópolis, com as complementações da Presidência, foi aprovada por
400 unanimidade dos Conselheiros presentes. Em seguida, o Colegiado foi cientificado
401 da vacância do cargo de Membro da Junta Fiscal, face o afastamento do Sr.
402 **Francisco Eduardo de Holanda Bessa**, ex-Secretário Federal de Controle da CGU,
403 que deixou, a partir de então, de possuir os requisitos exigidos estatutariamente. Foi
404 apresentado o Dr. **Gustavo de Queiroz Chaves**, Diretor de Planejamento e
405 Coordenação das Ações de Controle da Secretaria Federal de Controle Interno do
406 Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União,
407 desejando-lhe sucesso para nova gestão, à frente o Dr. Antônio Carlos Bezerra
408 Leonel. A Presidência registrou que sempre o CONACI contou com a colaboração e
409 parceria do Órgão, que é referência para todos os demais, ressaltando o destaque
410 que deveria ser toda a participação sempre ativa, colaborativa e efetiva da equipe
411 daquela Instituição, inclusive contando, presencialmente, com a liderança da mesma
412 pelo Dr. Bessa nos eventos do CONACI. O Dr. **Gustavo Chaves (CGU)** agradeceu
413 a recepção e as felicitações ao novo titular da SFC/CGU, transmitindo que todo
414 apoio será mantido e que breve o Dr. Leonel deverá participar com sua equipe nos
415 eventos do CONACI, justificando sua ausência por demandas atinentes ao início de
416 gestão, o que foi plenamente reconhecida a necessidade por todos os demais
417 Conselheiros. Assim, o presidente delegou a condução do processo eleitoral, que foi
418 no momento declarado aberto, ao 1º Vice-Presidente Sr. **Antônio Cesar**
419 **Cavalcante**, que passou a encaminhar a inscrição de candidaturas. Houve várias
420 manifestações de indicação, que se dirigiram ao Dr. **Eugênio Ricas**, Secretário de
421 Transparência e Controle - ES, o qual foi consultado pelo 2º Vice-Presidente, Sr.
422 **Álvaro Fakredin**, se poderia oficializar sua candidatura, no que obteve a
423 concordância. Com a propositura da candidatura do Dr. Eugênio, os demais
424 interessados decidiram apoiar a mesma. **DELIBERAÇÃO: Eugênio Ricas** foi eleito



425 por unanimidade para recompor a Junta Fiscal e assim declarado pelo Sr.
426 Presidente, já que todos os requisitos para tanto foram observados. Na sequência a
427 condução da RTC ficou a cargo do Sr. **Álvaro Fakredin**, 2º Vice-Presidente, que
428 prontamente permitiu a manifestação do Dr. **Gustavo Chaves (CGU)**, que
429 comunicou que recentemente houve uma auditoria do Tribunal de Contas da União –
430 TCU com objetivo de orientar sobre as normas e conceitos internacionais para
431 Auditoria Interna, cujo Acórdão, quando proferido, deverá ser amplamente discutido
432 neste Colegiado, diante inclusive e principalmente por ter a matéria aderência com o
433 Projeto Parceria CONACI X Banco Mundial. O Controlador Geral do Piauí, Sr. **Nuno**
434 **Kauê dos Santos Bernardes**, agradeceu, na pessoa do Sr. Presidente, por ter o
435 CONACI, representado pelo Controlador Geral do Estado do Maranhão, Dr. Rodrigo
436 Lago, comparecido e prestigiando o I Fórum Estadual de Controle Interno. O
437 Presidente também agradeceu o convite e parabenizou a iniciativa e salientou o
438 sucesso do evento, que lhe foi relatado pelo Dr. Lago. Na sequência, o Presidente
439 do Conselho comunicou ao Colegiado que o CONACI havia recebido proposta do
440 Instituto Não Aceito a Corrupção, endereçado pelo Sr. Roberto Livianu, que já goza
441 do conhecimento e respeito de vários Conselheiros, que tiveram a oportunidade de
442 interagirem com o mesmo em evento do CONACI, na condição de convidado e/ou
443 palestrante, para participação institucional e apoio financeiro à rica programação da
444 Semana de Combate a Corrupção, a ser realizada no período de 06, 07, 08 e 11 do
445 mês de Dezembro vindouro. Após a apreciação da proposta disponibilizada e
446 apresentada aos Conselheiros, o Sr. Presidente Amorás propôs o seguinte
447 encaminhamento: Primeiramente, seria discutido e depois votado o interesse do
448 CONACI em apoiar e, posteriormente, caso haja a intenção aprovada, em que ações
449 e valores seriam destinados. **DELIBERAÇÃO:** todos concordaram com o
450 encaminhamento e votaram, então pela participação do CONACI, sendo, a seguir,
451 aprovado o apoio financeiro, com contrapartida de divulgação da sua logo marca e
452 disponibilidade de 10 (dez) Vagas, na ordem de R\$ 10.000 (dez mil reais) para o
453 evento Seminário, a ser realizado nos dias 08/12 e 09/12, na cidade de São Paulo,
454 por ter sido considerada a de maior relevância para o Conselho e dentro de suas
455 possibilidades orçamentárias. A Dra. **Bárbara Krysttal**, representante da
456 Controladoria Geral do Município de São Paulo, enalteceu a parceria, ressaltando a
457 grande importância e visibilidade do evento que conta com o apoio daquele Órgão.
458 No seguimento de assuntos a serem apreciados/discutidos, o Presidente **Amorás**
459 lembrou que alguns Membros vinham indagando sobre a importância de
460 manifestação do CONACI quando a alegada intenção da Equipe de Transição de
461 Governo, representante do Prefeito eleito do Município de São Paulo, em propor a
462 perda do “status” de Secretaria Municipal para a atual Controladoria Geral do
463 Município. Todos entenderam pela relevância e oportunidade da discursão, sendo
464 unânime a opinião de que, caso confirmada a veracidade das notícias, significaria
465 em incontestável retrocesso, em momento que somente seriam admitidos avanços,
466 diante da enorme e imprescindível contribuição do Órgão, com autonomia e
467 independência necessárias, direta e hierarquicamente subordinado ao Chefe do
468 Poder Municipal, à melhoria da Gestão com transparência e qualidade dos gastos
469 públicos e no combate à corrupção. Houve, após as manifestações dos
470 Conselheiros, uma proposição do Sr. Presidente, de forma preventiva, de que fosse
471 emitido ofício à gestão Municipal que assumirá o Governo a partir de 2017, nos
472 mesmo parâmetros ao que já fora antes deliberado pelo CONACI a quando da

473 situação semelhante enfrentada pela CGU em passado recente. **DELIBERAÇÃO:**
474 como os Conselheiros presentes concordaram com a proposta, foi deliberada a
475 expedição do ofício nos termos propostos, cuja minuta seria submetida aos mesmos
476 por meio eletrônico, para considerações devidas. Em seguida, o Dr. **Eugênio Ricas,**
477 **(SECONT/ES)**, convidou os Membros do CONACI para o lançamento do novo Portal
478 da Transparência do Estado, no dia 08/12. Próximo, ressaltando suas inovações
479 Georeferenciamento e Acessibilidade, dentre outras relevantes, que aumentará
480 ainda mais a já reconhecida qualidade do Portal, que já foi pontuado com nota 10
481 (dez) pelo Ministro Público Federal. Ainda mantida a palavra com o Dr. Eugênio
482 Ricas, o mesmo fez uma detalhada exposição do andamento das providências do
483 Estado para a viabilização do projeto piloto com o Banco Mundial, no contexto da
484 Parceria deste com o CONACI, enfatizando que há alguns pontos que estão
485 dificultando a aceleração do processo que precisam superados, como a definição da
486 forma de contratação de consultoria para diagnósticos e proposição do plano de
487 ação, assim como sua fonte de financiamento, para que as condições do Banco
488 Mundial não estão perfeitamente adequadas às do Estado. Presente na RTC, a Dra.
489 Maria João, representante do Banco Mundial, detalhou os propósitos daquela
490 Instituição, colocando-se a disposições para continuarem as conversações para
491 alcance da convergência. O representante da Controladoria Geral do Amapá, Sr.
492 **Otni Miranda de Alencar Júnior**, também fez o uso da palavra para propor, diante
493 das suas constantes reflexões, a quando das ocorrências de substituição de titulares
494 dos Órgãos de Controle Interno Filiados ao CONACI, sobre a quase inevitável perda
495 de parte do capital intelectual acumulado pela somatória da atuação de todos os
496 Conselheiros, que possivelmente poderia ser recuperado caso houvesse previsão
497 estatutária para tanto, seu que tal solução maculasse as suas cláusulas pétreas,
498 como o Fórum de Titulares, os princípios de sua composição e representação
499 diretiva, contudo, poder-se-ia examinar alternativas como a criação, por exemplo, de
500 Câmaras Técnicas, como instâncias auxiliares e de assessoramento. Várias
501 manifestações ocorreram no sentido de apoiar a motivação, tendo o Presidente
502 apresentado o seguinte encaminhamento; diante de sua lembrança de que outras
503 discussões de necessidade de alterações estatutárias já foram travadas, como o
504 processo eleitoral, a limitação da Sedes dos eventos do CONACI serem
505 exclusivamente nas Capitais, dentre outros; que fosse minutado pelo Dr. Otni, para
506 apresentação na próxima RTC, os pilares dessas alterações, quando seria formado
507 um GT (Grupo de Trabalho) para proporem a revisão do Estatuto nestes e outros
508 postos entendidos necessários para posterior deliberação do Colegiado. Em
509 seguida, o Dr. **Eugênio Machado (AGE/RJ)**, pediu permissão ao Presidente para
510 levantar uma questão de ordem, no que foi atendido, sendo-lhe permitida a palavra.
511 Disse que como seria iniciada a pauta administrativa com proposições para
512 deliberação, caberia naquele momento informar que não mais exercia o cargo de
513 Auditor Geral do Estado, portanto não exercia o voto, agradecendo o atual titular
514 pela oportunidade de lhe permitir estar nesta RTC, podendo apresentar suas
515 despedidas formais a todos que com ele conviveu neste Conselho por todos os
516 anos, desejando sucesso a todos e informando que assumirá a função de Ouvidor
517 Tributário, deixando o CONACI, mas ainda exercendo uma das macro-funções do
518 Controle Interno, não perdendo vínculo com este tema que lhe é tão caro e
519 estimulante. Foram realizadas inúmeras manifestações no sentido da real e
520 inquestionável perda para o Conselho. O Presidente, diante de tantos registros

521 elogiosos ao Dr. Eugênio, propôs que constasse nesta Ata o elogio e agradecimento
522 do CONACI ao desempenho, colaboração, dedicação, competência demonstrado
523 por todo o período que esteve compondo o Colegiado, ressaltando que o Dr.
524 Eugênio era o único que participava, ininterruptamente desde o seu início em 2004,
525 no primeiro Fórum realizado em Belém – Pará. Confessou a todos ser o Dr. Eugênio
526 seu referencial de equilíbrio, respeito, ponderação e espírito colaborativo que lhe
527 inspirava em sua atuação no CONACI, lamentando a perda do tão importante
528 consultor e conselheiro sempre com disposição a ajudar, nosso grande Decano.
529 Desejou sucesso e boas vindas ao Conselho para o Dr. Rui César dos Santos
530 Chagas, novo titular da Auditoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - AGE/RJ.
531 Unanimemente, foi aprovado o elogio e agradecimento ao Dr. Eugênio Machado,
532 seguido de efusivas salvas de palmas. O 1º Vice – Presidente, Dr. Antônio Cesar
533 Cavalcanti, pediu a palavra para comunicar que deve se afastar do cargo de
534 Controlador Geral do Rio de Janeiro, a partir de Janeiro do próximo ano, devendo
535 até então continuar dedicando-se com empenho que o CONACI merece. O
536 Presidente e o 1º Vice – Presidente foram firmes em registrar a enorme perda para
537 ambos, se concretizando o afastamento ora comunicado, para a continuidade dos
538 trabalhos da Diretoria, dado inegável desempenho exemplar do Dr. **Antônio Cesar**.
539 Finalizou o Dr. **Antônio Cesar** que comunicava desde já o fato com o objetivo de
540 estimular os demais Conselheiros a apresentarem suas candidaturas ao cargo de 2º
541 Vice – Presidente na próxima RTC. O Presidente disse que entendia e até elogiava
542 a iniciativa, mas preferia contar, no momento com fatores eventuais extraordinários,
543 que mudassem a realidade atual, concordando para sua permanência no cargo. Em
544 seguida, o Presidente agradeceu a presença e a atenção de todos, elogiou as
545 apresentações e finalizou as atividades do primeiro dia. **DIA 18 – SEXTA-FEIRA.**
546 **MANHÃ:** às 9H00 foi retomada a agenda da Reunião Técnica pelo Presidente do
547 CONACI, Roberto Amoras, que convidou, então, o Senhor **Marconi Lemos**,
548 Secretário Adjunto da CGE-CE e Coordenador do GT BANCO MUNDIAL para iniciar
549 a apresentação da proposta de SEMINÁRIO DE SENSIBILIZAÇÃO, que discorreu
550 sobre o processo para elaboração da proposta, a estratégia estabelecida e a
551 formatação definida, resumindo-se em quatro aspectos a serem abordados:
552 ACCOUNTABILITY DOS GESTORES, GESTÃO DOS CONTROLES INTERNOS
553 (COSO e as Três Linhas de Defesa), A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE RISCOS E
554 A CONTRIBUIÇÃO DA AUDITORIA INTERNA E A RELEVÂNCIA DA AUDITORIA
555 INTERNA PARA O GESTOR, os quais foram apresentados, respectivamente,
556 pelos(as) Senhores(as) Maria João Kaizeler, representante do Banco Mundial;
557 Rodrigo Fontenelle, representante do MPOG; Marcelo Monteiro, Auditor da CGE/CE
558 e Rodrigo Dutra, Auditor da DIAG/SC. Durante as apresentações da simulação da
559 proposta do Seminário referido, foram realizadas várias intervenções e sugestões
560 por parte dos Conselheiros e esclarecimentos pelos palestrantes, quando
561 necessário. Dentre as manifestações ocorridas, registra-se as colaborações dos
562 Senhores(as) Daniel Penaforte (CGE/PE), **Henrique Ziller (CG/DF)**, **Bárbara**
563 **Krysttal (CGM-São Paulo/SP)**, **Arnaldo Flores (CGM-Manaus/AM)**, **Luiz Rocha**
564 **(AGE/BA)**, **Gilberto Bujak (CGM- Porto Alegre/RS)**, entre as quais destacamos as
565 orientações para: alterar a ordem das apresentações; refletir sobre nossas
566 proposições, com auto avaliação do que já alcançamos e o que ainda não foi
567 atingido; realçar as diferenças fundamentais entre as 3 (três) linhas de defesa,
568 principalmente a 1ª e 2ª linhas; procurar identificar a situação atual de adaptação

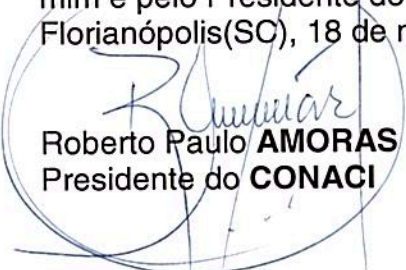
Handwritten signature and initials:
T. Costa
J. J.



CONACI
CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE INTERNO

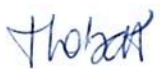


569 dos Órgãos de Controle Interno para o Modelo IACM; inserir no seminário uma
570 introdução institucional do CONACI, com breve relato do Perfil dos Órgãos de
571 Controle Interno e os preceitos das Macro Funções do Controle Interno,
572 anteriormente às apresentações dos demais temas; dar ênfase a priorizar os
573 exemplos de sucesso conhecidos, sempre que possível, principalmente quanto ao
574 objetivo de melhoria da Gestão Pública, fundamentalmente pela qualidade do gasto
575 governamental; oportunizar a realização do seminário em datas comemorativas e/ou
576 eventos do calendário dos Órgãos Filiados; priorizar, para o público-alvo de
577 gestores, os resultados práticos, valendo-se dos conceitos teóricos tão somente
578 quando imprescindíveis para o melhor entendimento/convencimento da proposta;
579 oferecer mais explicitamente a gestão de risco como um dos produtos a serem
580 apropriados pela gestão. Após essas considerações, o Colegiado aprovou a
581 proposição do modelo para o Seminário de Sensibilização com as orientações de
582 alterações devidas, que serão adequadas pelo GT. A seguir, o Senhor Presidente,
583 Roberto Amoras, consultou os(as) Conselheiros(as) sobre quais Filiados já teriam
584 condições de manifestar o interesse em receber o Seminário de Sensibilização,
585 ressaltando que, posteriormente, nada obsta que haja outras manifestações de
586 interesse, a quando da obtenção de condições necessárias para tanto. Destacou,
587 ainda, que há o compromisso do Banco Mundial de se responsabilizar pelos
588 investimentos com passagens e hospedagens dos palestrantes, que serão indicados
589 pelo CONACI e não serão remunerados, ficando a cargo do Órgão Filiado que
590 receberá o Seminário a disponibilização da infraestrutura física (auditório) e logística
591 (som/imagem). Houve interesse, nesta primeira etapa, manifestado pela CGE/CE,
592 SECONT/ES, CGE/PE, CG/DF e CGM-Porto Alegre. O Senhor Roberto Amoras,
593 Presidente, propôs ainda que fosse avaliado pelo Colegiado a possibilidade, caso do
594 interesse do Filiado anfitrião, também destinar um dos dias da Programação das
595 RTC's a serem realizadas no Exercício 2017 para absorver o Seminário de
596 Sensibilização ou acrescer um dia a mais com o mesmo fim. **DELIBERAÇÃO:** o
597 Colegiado aprovou a referida proposição do Senhor Presidente. **ENCERRAMENTO:**
598 esgotados os assuntos constantes da pauta, às 17:30hs, o **Presidente, Roberto**
599 **Amoras** encerrou a 21ª RTC- Florianópolis/SC com agradecimentos aos anfitriões
600 do evento. Em cumprimento à atribuição formal, eu, **Victor Genú**, Secretário-
601 Executivo do **CONACI**, lavrei a presente ata, a ser lida e submetida à aprovação do
602 Conselho na próxima Reunião Técnica do **CONACI**, e, em seguida, assinada por
603 mim e pelo Presidente do **CONACI, Roberto Paulo AMORAS**.
604 Florianópolis(SC), 18 de novembro de 2016.


Roberto Paulo **AMORAS**
Presidente do **CONACI**


Victor Corrêa Genú.
Secretário-Executivo do **CONACI**

Visto,


ABVOGADA
OAB DA
Nº 16.903

1. OFÍCIO - BRASÍLIA

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Ficou arquivada cópia em microfiche
sob o n.º 00144212

CARTÓRIO MARCELO RIBAS
1. OF. DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
SUPER CENTER - ED. VERANICO 2000
SCS: 9-08 BL: B-60 SL: 140-E 1: ANDAR
BRASÍLIA/DF - TELEFONE: (61)3224-
4026

Registrado e Arquivado sob o número
00008270 do livro n.º A-19 em
08/08/2007. Dou. Fé. Protocolado e
digitalizado sob nº 00144212
Brasília, 28/12/2017

Titular: Marcello Caetano Ribas
Subst.: Eliene Nogueira Pereira Santos
Alberide

Registro: 00120170210073601VARN
Para consultar www.cjdj.jus.br

CARTÓRIO MARCELO RIBAS
Endereço: R. 185,05
1º de J. 1